

Juventude, drogas e a desconstrução de paradigmas estabelecidos¹

Paulo Estevão Pereira^a, Giovanna Bardi^b, Ana Paula Serrata Malfitano^c

^aDepartamento de Terapia Ocupacional, Instituto de Ciências da Saúde,
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, Uberaba, MG, Brasil

^bDepartamento de Educação Integrada em Saúde,
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória, ES, Brasil

^cPrograma de Pós-graduação em Terapia Ocupacional – PPGTO, Departamento de Terapia Ocupacional,
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, Brasil

Resumo: A palavra juventude abrange inúmeras conceituações, definições e indefinições que suscitam um debate acerca do próprio conceito e, principalmente, dos sujeitos inseridos nessa categoria. Ao se incluir a temática do uso de drogas na discussão das juventudes, particularmente dos jovens pobres, amplia-se o campo para estigmatizações, ambiguidades, simplificações e equívocos, associando-se, de forma preconceituosa, drogas e pobreza, sem se buscar a compreensão devida dos sujeitos que fazem parte desse panorama. Apresentam-se aqui dados de duas pesquisas de mestrado filiadas teórico-metodologicamente à Terapia Ocupacional Social e apoiadas pelas contribuições da etnografia e da etnometodologia. Ambas foram realizadas com jovens pobres de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo, as quais objetivaram uma maior aproximação e apreensão do universo desses jovens e as relações estabelecidas com e por meio das drogas em seu cotidiano. As pesquisas apontaram que a inserção das drogas na vida deles se dá de maneira diversa daquela assumida pelo senso comum, ou seja, afigura-se, apenas, como mais um dos muitos fatores de vulnerabilização a que estão expostos em um cotidiano de desigualdade social. Com isso, consideramos que, a fim de que se possa de fato propor ações profissionais em terapia ocupacional que se façam efetivas frente às temáticas droga e juventude pobre e suas interrelações, é preciso que se busque maior aproximação com o universo dos jovens e que se compreenda, a partir do olhar deles, as faces e as interfaces dessas temáticas numa sociedade pautada pela desigualdade socioeconômica.

Palavras-chave: *Juventude, Drogas Ilícitas, Histórias de Vida, Condições Sociais, Terapia Ocupacional Social.*

Youth, drugs and the deconstruction of established paradigms

Abstract: The word youth encompasses numerous concepts, definitions and indefinities that raise the debate about the concept itself and, especially, the subjects included in this category. When the issue of drug use is included in the discussion of youth, particularly focusing on poor youths, the field for stigmatizations, ambiguities, misunderstandings and simplifications is widened, prejudicially associating drugs and poverty, without searching for an appropriate understanding of the subjects that are part of this situation. Data from two academic masters' researches are herein presented, affiliated theoretically and methodologically to Social Occupational Therapy and supported by the contributions of ethnography and ethnomethodology. Both researches were carried out with poor youths who live in a medium-sized city in the state of Sao Paulo, Brazil; they aimed at a greater approximation and apprehension of the universe of those youths and the relationships established with and through drugs in their daily lives. The data showed that the inclusion of drugs in their lives occurs differently from that assumed by common sense, that is, it appears only as one of many factors of vulnerability that they are exposed in a context of social inequality. Thus, in order to propose professional actions in occupational therapy that are actually effective in facing drug issues, poor youth, and their interrelationships, we consider that is necessary to approximate and understand the universe of youths from their perspectives. It is always necessary to consider the faces and interfaces of these themes in a society ruled by socioeconomic inequality.

Keywords: *Youth, Street Drugs, Life Stories, Social Conditions, Social Occupational Therapy.*

1 Juventude e o uso de drogas: Categorias em diálogo

A palavra juventude [...] nos conduz, sem embargo, [...], a um terreno complexo no qual são frequentes as ambiguidades e simplificações. (MARGULIS; URRESTI, 1998, p. 3, tradução nossa).

A palavra juventude, por abarcar uma infinidade de conceituações, definições e indefinições, suscita uma série de debates acerca do próprio conceito e, principalmente, em torno dos sujeitos inseridos nessa categoria. As ambiguidades e simplificações a que se referem Margulis e Urresti (1998) aparecem de forma mais intensa quando se procuram categorizar e descrever juventudes das classes populares e de classes sociais média e alta.

Novaes (2009) menciona a existência de duas juventudes, referindo-se a uma distinção clara entre as juventudes pobres, preparadas para o trabalho, vistas como geradoras de problemas e frequentemente associadas à violência e ao ócio (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006), e às quais, muitas vezes, se nega a própria condição de jovens (MARGULIS; URRESTI, 1998, 2008); e aquelas provenientes das classes mais favorecidas economicamente, inseridas num período mais ou menos largo de preparação para a vida adulta, chamado de moratória social (AQUINO, 2009; MARGULIS; URRESTI, 1998). No entanto, essa condição de moratória social da juventude não é igualmente conferida às juventudes pobres, das quais se espera a inserção mais imediata no mercado de trabalho, caracterizada por uma educação de menor qualidade, “[...] concebendo esse jovem como mão-de-obra a ser minimamente qualificada [...]” (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p. 122).

Muito embora a condição juvenil seja produtora de vulnerabilidades mais ou menos intensas a todos os grupos de jovens, a situação social dos grupos de jovens pobres, pela precariedade das ações a eles destinadas, pela defasagem de acesso e exercício dos seus direitos civis e sociais, assim como pelas construções sociais negativas que lhes são impostas, os coloca em maior desvantagem social em relação aos demais grupos, tornando-os alvos prioritários das ações públicas as quais, segundo Belluzzo e Victorino (2004, p. 13),

[...] não raramente têm levado a opinião pública a proceder à equivocada transferência do problema ao público alvo das ações, rotulando e estigmatizando os segmentos assistidos.

Dentro do panorama contemporâneo, jovens residentes em áreas periféricas das cidades, considerados pelas políticas públicas como “problema” (ABRAMO; LEÓN, 2005), ao invés da perspectiva de suas reais necessidades e potencialidades, acabam encontrando filiação e pertencimento em outras estruturas sociais ditas marginais (ou marginalizadas), desenvolvendo sociabilidades e formas de produção e reprodução de vida que reforçam um imaginário social que lhes atribui uma visão negativa, como aquela que os associa quase que naturalmente à violência e ao uso de drogas.

Ao se incluir a temática do uso de drogas na discussão das juventudes pobres, o campo para ambiguidades, simplificações e equívocos se abre de maneira quase dramática. Associam-se, num mesmo patamar, dois constructos sociais cujo debate é muitas vezes vedado e/ou velado, tomado a partir de pontos de vista estreitos, sem se buscar a compreensão devida dos sujeitos que fazem parte desse panorama.

A questão das drogas no Brasil, na atualidade, tem sido representada por um debate alarmante, caracterizado pela desqualificação de inúmeros indivíduos que fazem uso dessas substâncias, na maior parte das referências ao tema. A estigmatização dos usuários de drogas, como um fenômeno social recente e datado, arquitetado, não por acaso, através da medicina e da criminalização dos que fazem uso de alguma droga por meio do poder do Estado (VARGAS, 1998), tem gerado incompreensões e desassistências em relação a esses sujeitos, aumentando as vulnerabilidades e precariedades a que estão expostos.

Concepções falseadas e preconceituosas que operam na desqualificação e demonização do usuário e do “traficante” de drogas (também tratado de maneira pouco matizada) caracterizam essa temática no mundo contemporâneo como um verdadeiro dispositivo de poderes e saberes, um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais, uma espécie de rede que se estabelece entre elementos tão diferenciados, como a literatura, enunciados científicos, instituições e proposições morais que determinam o lugar social de cada substância e de seu consumo (FOUCAULT, 1988; VARGAS, 2001; FIORE, 2009).

Nesse campo de disputas, saúde e justiça destacam-se na proposta de ações para fazer frente ao fenômeno das drogas nas sociedades contemporâneas; porém tais proposições aparecem, muitas vezes, de forma inarticulada entre si, com avanços e retrocessos na compreensão da questão, carecendo de uma maior proximidade com os sujeitos envolvidos.

Quanto às definições comumente utilizadas pela área da saúde, a Organização Mundial de Saúde, entidade reconhecida internacionalmente, entende como droga toda

[...] substância que, quando administrada ou consumida por um ser vivo, modifica uma ou mais de suas funções, com exceção daquelas substâncias necessárias para a manutenção da saúde normal [...] (LEITE; ANDRADE, 1999, p. 26).

Essa definição, no entanto, apresenta dificuldades de precisão, pois muitas substâncias poderiam ser consumidas pelos seres humanos sem que fossem consideradas como drogas no entendimento social, mesmo que alterassem de alguma maneira a psique e a consciência humanas (FIORE, 2002).

Vale ressaltar que, na linguagem mais comum, entretanto, o termo “drogas” refere-se a substâncias psicoativas ilícitas, como cocaína e maconha, não sendo o termo aplicável, no imaginário social, para as substâncias psicoativas lícitas, como certos medicamentos ou como os alcoólicos e o tabaco (FIORE, 2002).

Com relação às ações de saúde direcionadas para a questão, para além das internações, em suas diversas modalidades, sejam em hospitais (gerais ou psiquiátricos) ou em comunidades terapêuticas, os Centros de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e outras drogas (CAPSad) são dispositivos considerados estratégicos para o atendimento de pessoas com “dependência” e/ou uso prejudicial de álcool e outras drogas (BRASIL, 2005), com discussões em torno da Estratégia da Redução de Danos. Segundo as diretrizes nacionais, as ações provenientes dessa estratégia devem ser utilizadas nos serviços públicos que atendem à população usuária de álcool e outras drogas, devendo ser realizadas de forma articulada (inter e intrassetorial), visando à redução dos riscos, das consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade, sem necessariamente interferir na oferta ou no consumo (BRASIL, 2001).

Quanto aos encaminhamentos da justiça, outra principal detentora de poder sobre a temática das drogas, podemos observar que, nos últimos anos, uma perspectiva da descriminalização tem sido discutida. Em síntese, propõe uma reforma no código penal que abrande o tratamento dispensado aos usuários, mantendo a penalização dos traficantes, por isso é necessária a diferenciação entre um e outro por meio da quantidade de psicoativos transportada por um indivíduo que seja abordado pela autoridade

policial. Os usuários não devem mais ser levados à prisão, mas devem arcar com penas alternativas (trabalhos comunitários, cursos obrigatórios etc.) (RODRIGUES, 2004).

Apesar da formulação de tais diretrizes, que tratam de maneira mais abrangente e humanizada a questão das drogas, ainda que sob apenas duas perspectivas, nos colocamos em consonância com Rodrigues (2004) quando afirma que as reformas descriminalizadoras representam os rasgos mais progressistas em operação num ambiente normativo internacional que preconiza a proibição estrita de um grande leque de psicoativos. Precisamos assumir que impera uma postura de estigmatização demonizante frente aos consumidores de drogas desde o final do século XX e início do XXI, em meio a uma “Guerra às Drogas” que, no fundo, nada mais é do que uma guerra contra indivíduos (HENMAN, 1980).

Além disso, apontamos que o foco exclusivo na saúde ou na justiça – ou pior, na associação perversa entre esses dois campos para tratar sobre o assunto drogas – faz-se de forma inadequada pelo fato de esses campos de conhecimento e de práticas não serem suficientes para abarcar todos os âmbitos envolvidos na complexa questão. Os estudos que enfocam o uso dessas substâncias requerem, portanto, abordagens multidisciplinares que possam lidar com os seus variados aspectos, uma vez que as relações advindas desse tema se inscrevem nos registros teórico, clínico, social, político e ético, constituindo temas de investigação relacionados a diferentes saberes, ligados pela busca de compreensão das ambiguidades da sociedade contemporânea em relação às drogas (RAUPP; MILNITISKY-SAPIRO, 2008).

As ações que vêm sendo propostas, quer do ponto de vista da saúde, da justiça ou das demais políticas públicas (com exceção da Redução de Danos, da reforma pela descriminalização do uso de drogas e poucas outras mais), têm sido pautadas por intervenções “sobre” os sujeitos e não “junto com” os sujeitos. Essa perspectiva tem colocado o sujeito que faz uso de drogas “do lado de fora” dos debates e formulações sobre o tema, desconsiderando suas vivências e percepções e a sua inclusão como parte da solução. Ainda, essa individualização da questão faz com que a temática coletiva envolvida, ou seja, a estruturação da sociedade e seus aspectos socioeconômicos intrínsecos, fiquem “do lado de fora” das ações/intervenções.

Nesse aspecto, consideramos que, a fim de que se possa, de fato, propor ações profissionais que se façam efetivas frente às temáticas drogas e juventudes pobres e suas interrelações, é preciso que se busque

maior aproximação com o universo desses grupos de jovens e que se compreenda, a partir do olhar deles, as faces e as interfaces desse fenômeno que se faz cada dia mais invasor.

Compondo esse debate, buscamos, por meio do desenvolvimento de duas pesquisas científicas, afiliadas às discussões teórico-metodológicas da Terapia Ocupacional Social (BARROS; GHIRARDI; LOPES, 2002), compreender como as drogas compõem as histórias de vida de jovens pobres moradores de uma periferia urbana. Acessamos, de forma aprofundada, as experiências de jovens entre 15 e 29 anos, com o intuito de alcançar o seu entendimento sobre a questão, buscando seus significados e vivências para, a partir daí, caminhar para a reflexão acerca de uma contribuição profissional, sobretudo no campo da terapia ocupacional, relacionada à ação técnica (e também ética e política) com essa população.

Portanto, o objetivo do texto aqui apresentado centra-se na discussão sobre a visão dos jovens pobres acerca das drogas e a relevância dessa compreensão pelo terapeuta ocupacional para que se possa, a partir daí, visualizar novos parâmetros de ação.

2 Construindo trilhas de acesso

Este artigo baseia-se em duas pesquisas de mestrado com o campo de estudo na mesma localidade: um bairro de periferia de um município de médio porte do interior paulista, previamente conhecido por seus pesquisadores por meio da participação em atividades de extensão, ensino e pesquisa. Ambos os estudos debruçaram-se sobre a temática drogas, em suas diferentes perspectivas e focos.

A primeira delas teve como objetivo compreender como as drogas compunham a trajetória de jovens pobres moradores de periferia, a partir do discurso dos próprios jovens. Atentou-se também para a identificação dos contextos e arranjos sociais que permitiam que aqueles jovens, pobres, moradores das periferias das cidades, estivessem expostos às drogas, buscando apreender de que maneira essa exposição costumava se dar em suas práticas cotidianas (PEREIRA, 2012).

Numa tentativa de apreensão desse universo, o pesquisador recorreu a três fontes de registro e obtenção de dados, sendo elas: a observação participante, realizada no período de oito meses, semanalmente, por um período de quatro horas, em um equipamento público local, um Centro da Juventude (CJ) da região estudada, a partir das oficinas do Projeto METUIA-UFSCar²,

complementadas pelas incursões pelo bairro, a fim de conhecer o território; entrevistas semidirigidas com nove jovens frequentadores do mesmo equipamento; oficinas de atividades, realizadas com os jovens participantes da pesquisa, na busca de outras formas de discursos para além da oralidade, nas quais foram tratados temas como identidade, cotidiano e drogas (PEREIRA, 2012).

Ressalta-se que, por se localizar a pesquisa num território de discussão complexo e velado, a compreensão acerca de dados tão imbricados no cotidiano daqueles atores demandou uma postura de proximidade, de horizontalidade entre pesquisador e pesquisados, de modo que se pudesse, de fato numa relação de reciprocidade, aprender com e apreender as experiências cotidianas desses jovens, construindo com eles um entendimento sobre a temática do estudo (PEREIRA; MALFITANO, 2012). Nesse sentido, as proposições da etnometodologia, que se dedica a estudar as formas como os sujeitos produzem e reproduzem sua realidade social no processo cotidiano de interação, constituíram chave de leitura complementar para o entendimento dessas interações, possibilitando ampliar a visão acerca daquele universo (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Proposta por Harold Garfinkel, sociólogo norte-americano, no final década de 1960, a etnometodologia direciona-se às ações cotidianas dos sujeitos, a partir da compreensão e identificação do que ele convencionou chamar de “etnométodos”, ou seja, o conjunto de conhecimentos, processos e regras de comportamento que esses sujeitos empregam a fim de tornarem compreensíveis e explicáveis, para si mesmos e para o outro, a realidade onde se inserem (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Garfinkel partia do pressuposto de que os fatos sociais não são fatos dados, conforme propunha a corrente dominante na sociologia norte-americana de sua época, o estrutural-funcionalismo, mas sim são construídos e reafirmados constantemente pelos membros de uma comunidade na interação cotidiana entre eles (GARFINKEL, 2006; COULON, 1995).

Porém, assumir essa perspectiva da construção cotidiana das realidades sociais por meio da interação entre os membros não quer significar que eles reflitam sobre suas práticas corriqueiras no sentido de lhes pensar o valor. Partem, ao contrário, do pressuposto de que todos os membros as conhecem e praticam da mesma forma e as aceitam assim (GARFINKEL, 2006). Dessa maneira, a principal tarefa da etnometodologia é assumir que as ações práticas cotidianas são problemáticas e problematizáveis, evidenciando as maneiras como essa problemática se estabelece e tornando-as acessíveis ao estudo,

possibilitando a compreensão sobre aquele contexto em questão (GARFINKEL, 2006).

Com esse instrumental oferecido pela etnometodologia é possível que se faça uma leitura do universo cotidiano dos sujeitos estudados a partir da compreensão dos mecanismos que empregam na construção de sua realidade. Tal compreensão permitiu-nos apreender essas realidades de maneira mais ampliada, favorecendo o aprofundamento das discussões a respeito.

A segunda pesquisa objetivou compreender as redes sociais, formais e informais, de jovens que estivessem em uso de drogas ilícitas naquela periferia urbana (BARDI, 2013). A opção por lançar foco nas redes baseou-se na premissa de que a questão das drogas tem ganhado evidência por meio de intensos debates, porém pouco se tem debruçado sobre os contextos socioculturais em que se dá a produção, a distribuição e, em especial, o uso de drogas, de forma a evidenciar redes sociais, normas e regras (formais ou informais) que servem como referência para essas atividades, mesmo quando desviantes dos padrões hegemônicos na sociedade maior (MACRAE, 2003). Além disso, conhecer as redes sociais daquelas pessoas colocou-se como uma forma potente de contribuição para o entendimento da própria questão das drogas nos tempos atuais, fato que leva ambas as pesquisas a uma confluência teórica no âmbito de suas análises.

Nesse caso, os contornos metodológicos se deram com o uso de contribuições etnográficas, por meio da imersão nas histórias de vida e no cotidiano de dois jovens previamente conhecidos pela pesquisadora³ e por meio de registros sistemáticos das atividades em diários de campo, após as interlocuções (GOMES, 2008). Essas estratégias auxiliaram na compreensão do sentido das experiências vividas pelos participantes estudados e revelaram as escolhas das quais lançam mão para enfrentar o cotidiano (DALMOLIN; LOPES; VASCONCELLOS, 2002).

Os estudos etnográficos têm sua origem na antropologia, quando o teórico Mauss e o “experimentador” Malinowski compreenderam que a vida social e cultural de uma sociedade pode ser apreendida, em sua totalidade, a partir da observação de como os diferentes aspectos da vida social se expressam em situações particulares, revelando valores, comportamentos, modos de vida e visões de mundo diferentes (NAKAMURA, 2011). O método possibilita um

[...] olhar de perto e de dentro, a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus

serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas [...] (MAGNANI, 2002, p. 18).

Para o tipo de informação que se necessitava acessar, fazer determinadas incorporações do método etnográfico culminou numa estratégia muito eficaz, já que possibilitou verdadeira aproximação dos jovens que se pretendia acompanhar. Além disso, o uso de tais contribuições também pode ser explicado pela própria Organização Mundial de Saúde (OMS) que, ao avaliar as diferentes metodologias utilizadas no estudo do uso de drogas, considerou a etnografia como um dos mais eficientes quanto ao acesso a uma maior quantidade e qualidade de informações. Tal recomendação se deve às relações de confiabilidade implícitas no método, que corroboram para maior possibilidade de acesso a informações pessoais (ROMANÍ, 1999).

Ambas as pesquisas, com as suas devidas particularidades, focalizam-se no princípio de ouvir os jovens com os quais se estabeleceu contato, buscando as respostas para os questionamentos iniciais nas possibilidades de acesso ao outro, até o limite colocado pelas relações. Além disso, retornaram, mais uma vez, ambos os pesquisadores, para o ponto de onde partiram, pois o acompanhamento da vida das pessoas permitiu dialogar com as possibilidades de ação técnica e ofereceu subsídios para pensar e repensar a intervenção profissional realizada com a juventude, sobretudo a ação do terapeuta ocupacional na área social.

Cabe ressaltar aqui que os dados apresentados, baseados em ambas as pesquisas, referem-se a um número reduzido de jovens, provenientes de uma comunidade específica e tratados a partir da perspectiva sociológica conceitual das juventudes pobres, com as particularidades que as tornam distintas, em muitos aspectos, das demais juventudes. Tal recorte confere limites importantes aos estudos aqui destacados, não permitindo generalizações para outros grupos de jovens, possibilitando, entretanto, a compreensão e apreensão daquela realidade.

3 Percorrendo trilhas, ampliando perspectivas

A partir das percepções dos jovens estudados acerca da temática das drogas em seu cotidiano, o que se pôde apreender é que esse fenômeno, ainda que presente, aparece, na maior parte das vezes, de maneira secundária a questões muito mais contundentes em sua vivência diária. Tais questões se referem às redes sociais e de suporte acessadas pelos

jovens; às relações estabelecidas entre eles na e com a cidade; às constantes violações de seus direitos fundamentais e às interdições à mobilidade urbana a que estão submetidos; e à dimensão do trabalho, onde o tráfico de drogas se coloca de maneira franca no entrejogo social de precarização e exclusão. Ou seja, o uso de drogas é apenas um elemento frente a uma realidade complexa e desigual.

Em relação às redes sociais e de suporte estabelecidas pelos jovens participantes de ambas as pesquisas, os dados de campo revelam a necessidade de considerá-las o mais de perto possível, no sentido de compor um panorama amplo das vivências desses jovens, muitas vezes considerados a partir do olhar estreito sobre as drogas. Potências e impotências são evidenciadas, umas desenhando perspectivas positivas para além do estigma social, outras agravando e aclarando as precariedades daquelas vidas em permanente instabilidade, em trajetórias com pouca filiação social, porém recobertas de criatividade e de vida (PAIS, 2005).

A partir da aproximação dessas vidas, destacamos alguns elementos selecionados como necessários para se pensar a relação juventude e drogas: classe social, mundo do trabalho e suportes alcançados. Apresentamos alguns exemplos vivenciados, com cenas cotidianas, que representam o mundo de muitos jovens brasileiros. Esperamos que o caleidoscópio diverso de situações reais e traços de vida (PAIS, 2005) represente a complexidade da vivência desses temas e possa contribuir para reflexões.

3.1 Juventude e classe social: acessos e restrições

Os dados de campo demonstraram claramente a dimensão de classe como um fator para se compreender qual resposta social é empregada para o uso das drogas.

Durante a pesquisa, em uma das datas agendadas para a realização das oficinas de atividades para coleta de dados, ocorreu um súbito “esvaziamento” do equipamento social que nos serviu de campo. Naquele dia, praticamente nenhum jovem compareceu ao serviço. Segundo informes da equipe de trabalho, conforme dados obtidos com alguns dos poucos jovens que passaram por lá, o esvaziamento aconteceu em decorrência de um grande evento universitário, tradicional na cidade, ocorrido no dia (e noite) anterior. Ou seja, a “festa” de um outro grupo de jovens, aqueles que acessaram a universidade e residem em outras localidades da cidade, possivelmente resultou num movimento no bairro em torno do

comércio de drogas, para animar a “festa”. “Foi um entra-e-sai a noite inteira”, disse um dos jovens à equipe. Hipotetizamos que os meninos daquele lugar estavam trabalhando toda a noite e, assim, não compareceram ao Centro da Juventude no dia seguinte.

Infelizmente, o evento foi marcado pela morte de um jovem universitário, encontrado no dia seguinte dentro de um córrego, tendo caído, possivelmente, pela alteração de consciência advinda do uso de substâncias psicoativas. A repercussão do fato deu-se pela tragédia inerente à situação, associada ao momento de descontração próprio da idade. Se a festa fosse de um grupo juvenil advindo das classes trabalhadoras, possivelmente seria associado à violência e à desordem.

Outra temática que emergiu dos relatos dos jovens estudados, para além da questão das drogas, foram as restrições e cerceamentos à mobilidade urbana, à circulação e à apropriação da cidade. Por serem quem são, de onde são e como são, o acesso deles a determinados espaços urbanos figura-se restringido, seja por impedimentos implícitos, como os “olhares” direcionados a eles em certos locais públicos, ou explícitos, por exemplo, na exigência de apresentar documento de identidade para poder entrar no *shopping center* local.

Daniel⁴ e Nelson, com 22 e 15 anos respectivamente, traziam relatos de restrição ao acesso a locais públicos. Nas estratégias “indiretas” que vivenciaram, falavam sobre a atuação da polícia no controle dos espaços urbanos. Daniel relatou que, “por ser conhecido pelos policiais”, diversas vezes foi “monitorado” à distância, quando de suas poucas idas ao centro da cidade para atividades corriqueiras, como fazer compras de Natal. Dizia que sempre havia um policial observando onde estava e o que estava fazendo, só desaparecendo de seu campo de visão quando passava a “fronteira” para o seu bairro, ou seja, para a “periferia”.

Já Nelson relatou a presença de policiamento ostensivo em determinadas áreas centrais da cidade onde jovens como ele costumam se reunir aos fins de semana. Segundo ele, em um desses locais de concentração de jovens, uma praça pública, os policiais circulavam constantemente e, às 22 horas, “a polícia tá fechando, vai passando e mandando todo mundo embora”. A presença dos jovens não é impedida, mas efetivamente controlada, reforçando a concepção de periculosidade associada, de modo especial, aos jovens pobres.

O relato de Gustavo, também de 15 anos, trazia tais restrições ao uso da cidade de maneira mais

contundente. Segundo ele, em uma ida ao *shopping center*, em um sábado, foi organizada uma “fila” para “verificação” de todos aqueles que vinham de ônibus de seu bairro. Foi impedido de entrar no *shopping* pelos seguranças do local, por não estar portando seu documento de identidade, o RG. Apesar disso, contou-nos Gustavo que “deu um jeito” de entrar escondido, sem ser notado pelos seguranças.

Ter a entrada impedida ou, no mínimo, dificultada, em locais destinados ao consumo, ter exigida a apresentação de documentos em lugares em que esse procedimento não existe em relação a outros jovens é demonstração da face do preconceito, da violação de direitos daqueles jovens provenientes de um bairro específico da cidade, sem que haja nenhuma contraposição pública, ou ao menos um questionamento a esse tipo de situação. Esses jovens são classificados em relação à sua aparência e ao transporte público que os leva ao *shopping*. As filas são específicas para eles, o controle é específico para eles.

“Porque tava indo muita gente de sábado” é o argumento referido e referendado por Gustavo para justificar o controle exercido sobre sua circulação naquele local, sem uma motivação prévia para isso. Nesse panorama, portar ou não o documento de identidade fala sobre o reconhecimento ou não daqueles jovens como cidadãos por parte dos seguranças. Na medida em que não são vistos como cidadãos, fica “natural”, aos olhos dos seguranças, que eles tenham sua entrada impedida.

Hannah Arendt (1985) afirma que a igualdade entre os homens não é dada, mas construída politicamente, na medida em que membros de um grupo social se decidam por reconhecerem-se mutuamente como iguais. Dessa forma, se é construída politicamente, numa sociedade como a nossa em que certos direitos não são para todos, da mesma maneira pode ser desconstruída. Triar pessoas pela imposição de regras externas de controle, criando os que “estão dentro” e os que “estão fora” das regras, anula a igualdade de direitos das pessoas perante aquele que criou, arbitrariamente, a tal regra.

3.2 O mundo do trabalho e a juventude pobre

As relações estabelecidas pelos jovens estudados e os aspectos do mundo do trabalho, bem como as interconexões deste com o tráfico de drogas emergem dos relatos como fator de vulnerabilidade que merece atenção. Por morarem na periferia da cidade, por terem, em geral, baixa instrução escolar formal e,

consequentemente, pouca qualificação profissional; por serem a geração mais atingida pela crise da sociedade do trabalho assalariado (CASTEL, 2008), o acesso desses jovens ao mercado de trabalho formal tem poucas chances de se efetivar.

Sandro, um rapaz de 24 anos, relatou já ter tido uma vaga de emprego negada ao ser constatado seu endereço residencial. Daniel mencionou o fato de não conseguir empregos fixos, apenas “bicos”, sempre em serviços braçais, de baixa remuneração. O mesmo Daniel é quem traz, de forma dramática, a precariedade da inserção de jovens como ele nesse mundo revirado em que o trabalho se caracteriza por exigir cada vez mais qualificação e “polivalência” (ANTUNES, 2008) dos trabalhadores para ocupar postos cada vez pior remunerados. Para Castel (2008), a exigência da “formação permanente pode funcionar como seleção permanente” (p. 519), de modo que, nessa lógica, somente os mais “adaptados” se mantêm nos postos de trabalho.

Daniel expressava sua preocupação com seu futuro, uma vez que já tinha, à época, 22 anos, e ainda não havia conseguido uma colocação em um trabalho formal que lhe permitisse reproduzir e produzir a vida, possibilidade cada vez mais remota aos seus olhos. Seus percursos no universo do trabalho resumiam-se a uma interminável odisséia de “entregar currículo”, sem reais possibilidades de uma colocação.

Nesse universo, o tráfico de drogas aparece como uma possibilidade de inserção real em uma atividade bastante lucrativa e mais inclusiva. O tráfico de drogas emergiu das falas dos jovens estudados em geral, mas das de Daniel de forma particular, como uma das formas de se “ganhar a vida” franqueadas a ele e aos moradores daquela comunidade, estando presente nas casas de conhecidos, de parentes, de amigos, como parte da economia local (BEGNAMI, 2008). As críticas feitas por Daniel recaíam não sobre a atividade do tráfico em si, mas sobre as relações de trabalho estabelecidas entre os “donos” do negócio e os seus jovens trabalhadores, relações de exploração da força de trabalho daqueles jovens sob a lógica da obtenção do lucro, reproduzindo a estrutura mais tradicional da sociedade capitalista (EFFERMANN, 2006).

O que pretendemos pontuar aqui é que, se por um lado o tráfico de drogas inserido na coletividade vulnerabiliza os jovens locais, por outro lado as relações formais de trabalho, e sua ausência, como se configuram atualmente, também são fontes de vulnerabilidade para aqueles jovens em igual medida. Portanto, o mundo do trabalho é ponto fundamental para se falar da perspectiva de futuro

para aqueles jovens e o tráfico de drogas se insere nessa dimensão.

3.3 Suportes e o uso de drogas: qual o lugar dos serviços?

No âmbito da pesquisa etnográfica realizada, deparamo-nos com a história de dois jovens que circunscrevem percursos diferenciados, porém ensejam muitas semelhanças no que compete ao lugar ocupado pelas drogas e as respostas dadas pela sociedade, em meio a muitas outras vulnerabilidades existentes naquelas vidas. A análise de suas redes sociais, formais e informais, levou a pesquisadora a percepções significativas sobre as escolhas feitas pelos jovens e gerou pistas para a reflexão sobre as abordagens realizadas pelas vias formais de nossa sociedade, sobretudo pelos serviços de saúde.

Pedrinho, um dos jovens acompanhados, tinha 17 anos de idade quando a pesquisa se iniciou, porém a pesquisadora já o conhecia há dois anos, desde quando havia cruzado seu caminho nas ações da equipe de trabalho num equipamento social local. No tempo que se sucedeu, soube que o jovem fazia uso de drogas desde os nove anos de idade e que sabia aproveitar muito bem os traços do rosto, que eram delicados, na *montagem*⁵ realizada para frequentar a avenida do município onde se concentravam mulheres e travestis que trabalhavam na prostituição. Pedrinho, homossexual, era uma delas.

O acesso à vida de Pedrinho e a convivência com seus amigos e familiares revelavam maior dimensão das redes sociais por ele acessadas. A religião candomblé, por exemplo, segundo ele, ocupava o primeiro lugar dentre as possibilidades de ajuda com relação às dificuldades advindas do uso de drogas, porque o deixava mais “entretido”. Além disso, era perceptível e verbalizado por Pedrinho que Fábio, pai-de-santo e amigo do jovem com o qual a pesquisadora estabeleceu contato, costumava se preocupar muito com ele e relatava diversas situações durante as quais já o havia acolhido depois dos longos dias em que sumia usando drogas, deixando-o “apto” para voltar para o próprio lar.

De forma inesperada, em outro momento de sua vida, Pedrinho se aproximou mais de uma igreja: a Assembleia de Deus do seu bairro. Isso ocorreu após um evento traumático exposto na mídia local: o jovem havia agredido um cliente que não o quisera pagar após um programa. Percebeu-se, a partir de novas incursões nesse contexto, que naquela igreja, além de ser acolhido, Pedrinho tomava para si a marca da santidade impressa na

figura dos evangélicos quando se sentia rotulado por compreensões preconceituosas acerca de sua pessoa (o “drogado”, o/a “travesti”, o “revoltado”). Livrava-se ainda dos estigmas vinculados a ele por conta da proximidade com o candomblé (o “bruxo”, o “macumbeiro”, o “possuído”, o “endemoniado”).

Outros agenciamentos podiam ser percebidos pelo jovem, na tentativa de obter suporte para suas fragilidades no decorrer das tramas de sua vida. Melissa, por exemplo, era uma amiga que havia inserido Pedrinho na prostituição e representava uma das principais fontes de suporte em sua vida, pois, dentre todas as pessoas que com ele se preocupavam, ela era quem podia chegar mais perto de ajudá-lo, por ser quem, de fato, compartilhava os seus momentos mais difíceis. A mãe do jovem também se fazia muito presente em diversos momentos de dificuldade.

Se, por um lado, Pedrinho parecia desfrutar de uma complexa rede social informal circunscrita por amigos, familiares e líderes religiosos, por outro, em alguns momentos pôde-se acompanhar a sobreposição de uma rede formal que o privava do acesso às pessoas agenciadas por ele de forma sábia em seu território. Nas primeiras idas ao bairro, Pedrinho contou que havia ficado internado em uma comunidade terapêutica em outro município durante seis meses. Chegara até ali após um encaminhamento pelo CAPSad do município.

Durante aqueles meses, permaneceu abstinente, mas dado seu retorno para casa, num prazo de 15 dias passou a usar drogas novamente em quantidade e frequência ainda maiores. Em diversos momentos do campo disse que não tinha vontade de voltar para lá, pois percebeu que sentia muita saudade de tudo aquilo que tinha “deixado para trás”, “inclusive a droga”. Costumava dizer que se resolvesse por parar de usar cocaína, era preciso consegui-lo no seu bairro, junto da sua família e amigos, pois, de qualquer forma, era ali que teria de continuar convivendo. Ficou uma dúvida grande sobre qual o papel dos serviços formais nos suportes ofertados a Pedrinho.

A importância das redes sociais estabelecidas no território também foi destacada nas falas de Daniel. O jovem residia no bairro desde os seis anos de idade, quando para lá se mudou com a família, emigrada da Bahia. Segundo suas próprias palavras, “conheço tudo e todos” no bairro que, orgulhosamente, chamava de “seu”. Apesar da pouca escolaridade (cursou até a 6ª série do ensino fundamental), é um jovem de grande perspicácia e capaz de fazer uma leitura bastante interessante das relações estabelecidas na e com a comunidade onde mora e dos moradores entre si.

Nas incursões que fizemos pelo bairro em sua companhia ou durante nossas conversas, Daniel nos explicou o funcionamento das interações sociais naquele local, ressaltando o valor de conhecer e ser reconhecido como pertencente àquela comunidade e da solidariedade estabelecida entre os moradores, a fim de suprir necessidades e “esquecimentos” por parte do poder público. Daniel sempre deu muita ênfase a esse conhecimento amplo das interações sociais, de modo a conviver de forma mais ou menos harmônica no local onde mora, traduzindo, dessa forma, o que Garfinkel (2006) compreende como membro, significando não apenas o pertencimento ao local mas, mais ainda, o domínio das linguagens, em sentido amplo, utilizadas dentro daquele agrupamento de pessoas. Uma prova disso foi a explicação que nos deu quanto à presença de membros de uma facção criminosa no bairro, organizando e ordenando as relações entre os moradores.

Contou-nos Daniel que, em uma atividade no Centro da Juventude, dois jovens tiveram uma discussão motivada por discordâncias durante um jogo de futebol e que um dos jovens agrediu o outro com um tapa no rosto. O jovem agredido não optou pelo revide, levou o caso ao conhecimento dos “irmãos”⁶, os quais convocaram ambos para um “debate”⁷. Os dois lados foram ouvidos e a “sentença” foi que o agredido revidasse a agressão ali mesmo, sem que o outro manifestasse reação alguma. Daniel conclui o relato dizendo: “É assim que é as coisa!”. Essa sua frase corrobora a necessidade de se apropriar das regras de convivência, a maioria implícita nas relações, porém explicitada em cada ato, em cada gesto, em cada atitude na vida cotidiana.

A trajetória de Heitor, outro jovem acompanhado na pesquisa etnográfica, evidencia o peso que recai sobre esse grupo de jovens a partir de seu envolvimento com as drogas. Mais do que isso, a forma como esse envolvimento é considerado pela sua comunidade, pela família e pelo poder público, representado, notadamente, pela polícia, no sentido de fixar o seu “destino”, sem lhe permitir acessar outras vias de produção e reprodução de vida.

Ele tinha 21 anos no início da pesquisa, mas havia iniciado o uso de cocaína com 16 anos, em um baile *funk* nas proximidades do bairro, segundo ele, por curiosidade. Desde então tinha permanecido em uso, com maior ou menor intensidade, envolvendo-se com frequência em furtos e assaltos para subsidiá-lo. Na adolescência, em uma dessas buscas por recursos, foi pego em um assalto, então teve de cumprir medida socioeducativa, na modalidade de liberdade assistida. Depois dos 18 anos teve inúmeras situações complicadas em meio ao “mundo do crime”, era

identificado como um “bandido” (FELTRAN, 2008) pelas pessoas da comunidade, pela família (de forma indireta) e pelos policiais, que dele desconfiavam cotidianamente.

Juntos, sua mãe, os policiais e os moradores do bairro davam destinos parecidos para o jovem. A mãe, embora intercedesse por ele, não conseguia conceber possibilidades para o filho que estivessem além da contenção total, da privação de sua liberdade, quer fosse por meio de prisão ou de internação para “tratamento”. Todos os outros desconfiavam o tempo todo de suas atitudes, contribuía para o fechamento do cerco de invisibilidade de qualquer tipo de potência no jovem que não fosse ligada à violência ou ao crime.

Se, no caso de Pedrinho, a centralidade da questão das drogas pelas redes formais o havia conduzido à privação de liberdade em determinado período da vida, via internação para abstinência e tratamento do uso de drogas, ignorando tantas outras formas que o jovem tinha para lidar com a questão ou que poderiam ser junto dele desenvolvidas a partir de suas potencialidades, no caso de Heitor pode-se dizer que a confluência perversa entre as drogas e o crime havia retirado todas as possibilidades de abordagens mais humanizadas acerca do uso das drogas, uma vez que, ao final do trabalho de campo realizado, deu-se o momento de sua prisão.

A visão estreita sobre a inserção das drogas no cotidiano de jovens como os que figuram neste artigo, a partir dos campos da saúde ou da justiça, além de atuar com o peso de um vaticínio, cerceia a percepção dos recursos potenciais presentes naqueles jovens para a construção de trajetórias de vida mais favoráveis. Tal visão estreita vem também fortemente carregada por uma conotação de classe social ao se construir discursos, políticas e ações destinadas a fazer frente a essa questão.

4 Percursos e trilhas que resultam em apontamentos e discussões

As questões levantadas por ambas as pesquisas quanto à violação dos direitos dos jovens estudados e a não ampliação do acesso a esses direitos produzem mais precariedades e vulnerabilidades que a própria presença das drogas em sua vida. Reconhecendo a droga como uma das vulnerabilidades vivenciadas por eles cotidianamente, não basta falar sobre ela para que se apreendam suas vidas e a relação específica com a droga.

Em ambos os trabalhos não se defende uma visão opressiva que toma aqueles jovens como um perigo à ordem social, mas também não se ignora o fato de que o uso das drogas pode sim trazer inúmeras consequências para a vida deles, a começar pelo estigma sofrido, podendo chegar até danos físicos e psíquicos. Observar “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) essa realidade não implica em desconsiderar os diversos riscos que permeiam essa prática ou mesmo a associação com o crime, em determinados momentos. Entretanto, os relatos dos jovens aqui apresentados nos permitem considerar, sob uma nova perspectiva, qual o lugar das drogas na composição das múltiplas vulnerabilidades que cercam seu cotidiano.

A questão das drogas se mostra, ao seguirmos as trilhas de acesso que nos conduzem a eles, como uma “cortina de fumaça” (PEREIRA, 2012) a esconder questões de fundo estrutural de nossa sociedade. São as questões que produzem a discriminação, a inserção precária daqueles jovens, e que, para serem atendidas, requerem um esforço conjunto de toda a sociedade, tanto no âmbito geral das políticas públicas quanto no âmbito local das ações coordenadas dos atores sociais envolvidos (jovens, famílias, técnicos, comunidade, serviços públicos de saúde, educação, assistência social, cultura etc.). Trata-se de priorizar o acesso aos direitos, construindo percursos que, ao invés de levarem à discriminação, possam buscar a rota da cidadania.

A partir da compreensão das redes sociais daqueles meninos, enfatizando que a maior parte dos jovens estudados são meninos, homens, sendo o grupo mais próximo ao comércio e uso de drogas nas periferias urbanas, houve a percepção de que as vias de acesso de fato acessadas, ou seja, aquelas que fizeram algum sentido na vida deles não relatavam a droga como elemento central de sua existência, mas sim um fator presente em um território de grande desigualdade social.

É preciso evidenciar que o número de jovens que fazem uso abusivo de drogas, numa perspectiva nociva para eles, com risco de morte, é pequeno (PALOMO, 2009) e que para grande parte dos ditos “usuários”, vistos como “em risco” e “perigosos”, encontra-se, na verdade, uma vida marcada pela desigualdade social, na qual a droga é um elemento entre outros em seu cotidiano.

Vale destacar que se advoga aqui pela necessidade do desenvolvimento de saberes e tecnologias de cuidado que possam contribuir, efetivamente, com os usuários que demandam uma intervenção clínica para o uso de drogas. Que essas pessoas possam acessar os serviços de saúde e encontrar

possibilidades para o seu caso, respeitando suas escolhas e posições, como proposto pela diretriz nacional da Redução de Danos.

Entretanto, para aqueles que fazem um uso eventual e circunstancial das drogas é preciso se refletir sobre qual a melhor estratégia a ser empregada e qual o papel dos serviços de saúde, numa dinâmica complexa que se mostra, necessariamente, interssetorial.

Nas experiências de vida acompanhadas, observou-se que os suportes que fizeram diferença para aqueles jovens, incluindo-se as situações de uso de drogas, não focalizavam diretamente a questão das drogas, não padronizavam ou classificavam tipos de uso e estratégias de abstinência, mas sim conferiam verdadeira escuta e proximidade a eles. Assim, lança-se um desafio para o profissional da área de terapia ocupacional que se volta a esse grupo populacional para que desenvolva uma possibilidade de trabalho direcionada ao contexto das pessoas. Com base na apreensão daquela realidade, parece-nos que o grande desafio a ser implementado é a aproximação verdadeira com o outro, numa perspectiva de acompanhamento individual e territorial, a qual relacione contexto de vida, possibilidades sociais e propostas individuais (LOPES; BORBA; CAPPELLARO, 2011).

Esperamos que os momentos, falas, traços e histórias de vida reais aqui relatados possam contribuir para as reflexões sobre quais são as possibilidades de ação efetiva que o terapeuta ocupacional pode empreender, dentro dos limites da realidade econômica e social, na atenção a jovens pobres.

Apostamos no caminho social da abordagem sobre as drogas e convidamos todos ao debate sobre nossas contribuições para uma sociedade que empreenda menos julgamentos morais e de classe e que possa, verdadeiramente, atuar pelos percursos, trilhas e caminhos na direção do direito e da cidadania de todos, incluindo jovens moradores de periferia que usem, eventual ou frequentemente, drogas.

5 Referências

- ABRAMO, H. W.; LEÓN, O. D. Introdução. In: FREITAS, M. V. (Org.). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 6-8.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/Arquivos/sis/EventoPortal/AnexoPalestraEvento/>

- Mesa%201%20-%20Ricardo%Antunes%20texto.pdf >. Acesso em: 17 dez. 2011.
- AQUINO, L. M. C. A juventude como foco das políticas públicas. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Orgs.). *Juventudes e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 25-39.
- ARENDT, H. O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem. In: ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Rio de Janeiro: Documentário, 1985. p. 300-338.
- BARDI, G. *Histórias de vida na periferia: juventudes e seus entrecruzamentos*. 2013. 191 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 95-103, 2002.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia: terapia ocupacional no campo social. *O Mundo Saúde*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e AIDS. *Manual de redução de danos*. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, 2005.
- BEGNAMI, P. S. *Pelos olhos das crianças: etnografia da Favela do Gonzaga*. 2008. 90 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.
- BELLUZZO, L.; VICTORINO, R. C. A juventude nos caminhos da ação pública. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 8-19, 2004. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000400003>
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DALMOLIN, M. B.; LOPES, S. M. B.; VASCONCELLOS, M. P. C. A construção metodológica do campo: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 19-34, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902002000200003>
- FEFFERMANN, M. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FELTRAN, G. S. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre a violência e políticas públicas em São Paulo*. 2008. 363 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- FIORE, M. Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de drogas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambú. *Anais...* Caxambú: Neip, 2002. Disponível em: <<http://www.neip.info/downloads/anpocs.pdf>>.
- FIORE, M. Consumo de substâncias psicoativas: sujeitos, substâncias e eventos. In: REUNION DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR, 8., 2009, Buenos Aires.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade do saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. (v. 1).
- GARFINKEL, H. *Estudios en Etnometodología*. Tradução de Hugo Antonio Pérez Hernáiz. Barcelona: Anthropos, 2006. (Colección Autores, Textos y Temas: Ciencias Sociales).
- GOMES, M. P. *Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HENMAN, A. War on drugs is war on people. *The Ecologist*, England, v. 10, n. 8-9, p. 282-289, 1980.
- LEITE, M. C.; ANDRADE, A. G. (Orgs.). *Cocaina e crack: dos fundamentos ao tratamento*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, n. 23, p. 114-130, 2006.
- LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O.; CAPPELLARO, M. Acompanhamento individual e articulação de recursos em Terapia Ocupacional Social: compartilhando uma experiência. *O Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 233-238, 2011.
- MACRAE, E. *A subcultura da droga e a prevenção*. Salvador: CETAD; UFBA, 2003.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092002000200002>
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, M. (Ed.). *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. 3. ed. Buenos Aires: Biblos, 2008. p. 13-31.
- MARGULIS, M.; URRESTI, M. La construcción social de la condición de juventud. In: LAVERDE, M. C. (Ed.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades*. Bogotá: Universidad Central; Siglo Del Hombre, 1998. p. 3-21.
- NAKAMURA, E. O método etnográfico em pesquisas na área de saúde: uma reflexão antropológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 95-103, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000100012>
- NOVAES, R. C. R. Prefácio. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (Org.). *Juventudes e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. p. 13-22.
- PAIS, J. M. Introdução: traçado do estudo. In: PAIS, J. M. (Org.). *Traços e riscos de vida*. 3. ed. Porto: Âmbar, 2005. p. 11-26.

- PALOMO, V. A dependência química é de uma minoria. *Le Monde Diplomatique*, São Paulo, n. 26, set. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=542>>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- PEREIRA, P. E. “*Aí! Tá me tirando?!*”: o que dizem jovens pobres de São Carlos sobre si mesmos e a temática das drogas. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional)-Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- PEREIRA, P. E.; MALFITANO, A. P. S. Percursos metodológicos para a apreensão de universos de adolescentes e jovens: um enfoque sobre a questão das drogas. *Journal of Human Growth and Development*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 334-340, 2012.
- RAUPP, L.; MILNITISKY-SAPIRO, C. A “reeducação” de adolescentes em uma Comunidade Terapêutica: o tratamento da drogadição em uma instituição religiosa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 361-368, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000300013>
- RODRIGUES, T. M. S. Drogas, proibição e abolição das penas. In: KARAM, M. L. et al. *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 131-151. (v. 1).
- ROMANÍ, O. *Las drogas: sueños e razones*. Barcelona: Ariel, 1999.
- VARGAS, E. V. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social das drogas legais e ilegais. In: DUARTE, L. F. D.; LEAL, O. F. (Orgs.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas Etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 121-136.
- VARGAS, E. V. *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. 2001. 600 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

Contribuição dos Autores

Todos os autores foram responsáveis pela concepção e elaboração do manuscrito, revisão e redação final do texto.

Notas

- ¹ Os dados aqui apresentados referem-se às discussões do Projeto METUIA-UFSCar, no interior da linha de pesquisa Redes Sociais e Vulnerabilidades, do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (PPGTO-UFSCar). Baseiam-se, especificamente, em duas pesquisas de mestrado, a saber: “*Aí! Tá me tirando?!*” *O que dizem jovens moradores da periferia de São Carlos sobre si mesmos e a questão das drogas*, de autoria de Paulo Estevão Pereira, 2012, e *Histórias de vida na periferia: Juventudes e seus entrecruzamentos*, de autoria de Giovanna Bardi, 2013, ambas realizadas sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano e com apoio da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Todos os procedimentos éticos em pesquisa foram respeitados.
- ² O Projeto METUIA tem se dedicado à realização de estudos e pesquisas, à formação de estudantes de graduação e pós-graduação e à implementação de ações no campo social que busquem a inovação por meio da criação de novas metodologias participativas, assim como a discussão sobre o papel social dos técnicos, em especial do terapeuta ocupacional, dedicando-se ao enfrentamento das problemáticas contemporâneas da sociedade brasileira (BARROS; LOPES; GALHEIGO, 2002). Atualmente é formado por professores, estudantes e técnicos vinculados à Universidade Federal de São Carlos, à Universidade Federal de São Paulo e à Universidade de São Paulo.
- ³ Por meio da participação nas atividades do Projeto METUIA-UFSCar realizadas com o intuito de promover ensino, pesquisa e extensão.
- ⁴ Todos os nomes empregados aqui são fictícios.
- ⁵ Expressão utilizada para falar sobre o ato de se travestir.
- ⁶ Forma de nomear os membros da facção criminosa em questão, o Primeiro Comando da Capital (PCC).
- ⁷ Reunião entre os envolvidos e os membros da facção, com feições de tribunal, destinada à solução de questões que envolvam a comunidade. Ambas as partes são ouvidas e uma decisão é tomada e cumprida de imediato, sem espaço para apelações (FELTRAN, 2008).